

**ipluso**



**ERISA**

ESCOLA SUPERIOR  
DE SAÚDE  
RIBEIRO SANCHES

# **REGULAMENTO DE ESTÁGIO DA LICENCIATURA EM OSTEOPATIA**

Aprovado em XX/12/2021

## Índice

Âmbito.....	3
Objeto.....	3
Locais de estágio, estrutura e duração .....	4
Condições de acesso .....	4
Organização, coordenação e funcionamento .....	4
Coordenador de estágio.....	5
Orientador interno .....	6
Monitor de estágio e/ou orientador externo .....	6
Distribuição dos estudantes pelos locais de estágio.....	7
Funcionamento dos locais de estágio .....	7
Avaliação e Classificação Final – Prática Clínica Osteopática I.....	8
Avaliação e Classificação Final – Prática Clínica Osteopática II.....	8
Frequência de Estágio .....	9
Dúvidas e casos omissos .....	9
Revisão do regulamento .....	9
Entrada em vigor .....	10

**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE RIBEIRO SANCHES - ERISA**  
**LICENCIATURA EM OSTEOPATIA**  
**REGULAMENTO DE ESTÁGIO**

Artigo 1.º

**Âmbito**

Os estágios de formação profissionalizante, incluídos na Licenciatura em Osteopatia, têm como objetivo principal, promover o contacto direto com as áreas de formação profissional consideradas essenciais para o exercício competente e atualizado da profissão de Osteopata. Nesta perspetiva, os estágios representam para o estudante uma experiência profissionalizante, devidamente supervisionada e orientada, em contexto real de trabalho.

Artigo 2.º

**Objeto**

- 1 - Os estágios desenvolvem-se no 7º e 8º semestre, consignando o contacto com as diversas áreas de intervenção da Osteopatia
- 2 - Sem prejuízo da definição de objetivos específicos para cada estágio, os objetivos gerais deverão contemplar os seguintes aspetos:
  - a) permitir que os conhecimentos adquiridos pelo estudante, em contexto de sala de aula, sejam aplicados em ambiente laboral;
  - b) desenvolver no estudante competências científicas e técnicas que lhe permitam realizar atividades, gerais e específicas, subjacentes à profissão de Osteopata, designadamente: diagnóstico osteopático e diagnóstico diferencial; técnicas osteopáticas, indicações e contra-indicações; história e exame do utente; metodologia de investigação e incorporação dos resultados relevantes na promoção de boas práticas; compreensão dos resultados da patologia clínica e da imagiologia; raciocínio conducente à resolução de problemas; comunicação e interação com o utente; e documentação e processo do utente;
  - c) desenvolver no estudante capacidades humanas exigidas aos profissionais de saúde, aplicando os princípios éticos e deontológicos subjacentes;
  - d) identificar, desenvolver e avaliar planos de intervenção adequadamente integrados numa equipa multidisciplinar;
  - e) promover a capacidade do estagiário para responder aos desafios com inovação, criatividade e flexibilidade.
- 3 - Os estágios serão efetuados em unidades de terapêuticas não convencionais legalmente estabelecidas, de âmbito público ou privado, devidamente reconhecidas e em funcionamento.

Artigo 3.º

**Locais de estágio, estrutura e duração**

- 1 - Os estágios serão efetuados em unidades de terapêuticas não convencionais legalmente estabelecidas.
- 2 - Os estágios têm uma duração total definida no plano de estudos publicado em Diário da República, equitativamente distribuída em dois períodos distintos:
  - a) Prática Clínica de Osteopatia I, realizado no 7º Semestre;
  - b) Prática Clínica de Osteopatia II, realizado no 8º Semestre.

Artigo 4.º

**Condições de acesso**

1. O acesso a cada estágio é condicionado pelo aproveitamento prévio em áreas de formação consideradas fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem em apreciação. Neste contexto, são consideradas as seguintes áreas condicionantes:

Unidades de Curriculares de Estágio	Unidades Curriculares Condicionantes
Prática Clínica de Osteopatia I	Técnicas Miofasciais I Técnicas Miofasciais II Técnicas Manipulativas Osteopáticas I Técnicas Manipulativas Osteopáticas II Técnicas Manipulativas Osteopáticas III Osteopatia Crânio-Visceral Clínica Osteopática Integrada I Clínica Osteopática Integrada II
Prática Clínica de Osteopatia II	Técnicas Miofasciais I Técnicas Miofasciais II Técnicas Manipulativas Osteopáticas I Técnicas Manipulativas Osteopáticas II Técnicas Manipulativas Osteopáticas III Osteopatia Crânio-Visceral Clínica Osteopática Integrada I Clínica Osteopática Integrada II

Artigo 5.º

**Organização, coordenação e funcionamento**

- 1 - A organização dos estágios, incluindo a gestão de natureza técnica e pedagógica, é da competência da Direção da Licenciatura em Osteopatia, em articulação com a Direção da ERISA.
- 2 - A gestão operacional dos estágios é da responsabilidade do coordenador de estágio.

- 3 - A organização e a gestão geral dos estágios devem ser articuladas com os representantes das entidades prestadoras, bem como com os representantes dos estudantes.
- 4 - Cada estágio será orientado em parceria pelos docentes da ERISA (Coordenador de Estágios e Orientador Interno), e pelo monitor de estágio e/ou colaborador externo pertencente aos quadros da instituição prestadora do estágio.
- 5 - O Coordenador do estágio é indicado na distribuição de serviço docente sob proposta da Direção do Curso, e submetido à aprovação dos Órgãos de Coordenação Científica e Pedagógica da ERISA, a quem incumbe a responsabilidade da gestão operacional e permanente do estágio, nos seus diversos componentes, bem como a distribuição dos estudantes e a atribuição da classificação final dos mesmos.
- 6 - O orientador interno é indicado na distribuição de serviço docente sob proposta da Direção do Curso, e submetido à aprovação dos Órgãos de Coordenação Científica e Pedagógica da ERISA, a quem incumbe a responsabilidade de efetuar a orientação, supervisão e avaliação do estudante, envolvendo a discussão e apreciação dos trabalhos propostos em cada estágio.
- 7 - O monitor de estágio e/ou colaborador externo é um profissional da instituição prestadora do estágio, sem qualquer grau de parentesco em linha direta com o estagiário, a quem incumbe a sua supervisão técnica, orientação global e avaliação.
- 8 - A ficha curricular de cada monitor de estágio e/ou colaborador externo é apreciada no Conselho Pedagógico e validada no Conselho Técnico-Científico.

#### Artigo 6.º

##### **Coordenador de estágio**

- 1 - Para assegurar o cumprimento dos objetivos definidos para cada estágio, a sua operacionalidade bem como a rentabilização dos recursos humanos afetos a estas unidades curriculares, importa ainda referir quais as principais competências exigidas aos coordenadores de estágio. Assim este deve:
  - a) requerer as vagas para os estágios;
  - b) planear os estágios nas datas previamente definidas no calendário escolar, ou em casos de exceção, nas datas definidas entre o estudante e a Direção de Curso, segundo as vagas disponibilizadas pelas instituições;
  - c) elaborar o mapa de distribuição dos estudantes;
  - d) decidir quais os trabalhos a realizar pelos estudantes, atendendo ao contexto, assim como os trabalhos realizados noutras unidades curriculares (para que os estudantes possam treinar a execução de um variado leque possível de trabalhos – contrato de aprendizagem, estudo de caso, reflexão crítica, trabalho temático, relatório de estágio, portefólio);
  - e) organizar e atualizar os seguintes documentos:
    - i) guia de orientação de estágio;
    - ii) grelha de avaliação (formativa e final);
    - iii) guias de elaboração dos trabalhos solicitados aos estudantes;
    - iv) folha de registo de dados de orientadores de estágio (interno e externo);

- v) folha de registo de assiduidade (estudantes);
- vi) elaborar um mapa de estágio (locais e número dias em cada atividade), sempre que a instituição acolhedora o exija.
- f) selecionar os orientadores internos que pela sua formação e experiência profissional se adequem ao estágio em questão;
- g) promover reunião de preparação do estágio com todos os orientadores internos. Na qual se define:
  - i) regras para a orientação dos estudantes;
  - ii) dias de presença na escola;
  - iii) número de visitas por estudante, salvo exceções ou casos pontuais de orientação ajustada à necessidade dos estudantes;
  - iv) datas e regras (em caso de ocorrências dignas de registo, enviar de imediato ao coordenador) para envio de feedback ao coordenador.
- h) reunir previamente com os responsáveis clínicos das unidades de terapêuticas não convencionais e auxiliar se necessário, mediante os objetivos previamente delineados, na definição do perfil dos orientadores externos;
- i) fornecer documento para que fiquem registadas informações importantes sobre o estágio;
- j) proceder ao lançamento da classificação final dos estudantes;
- k) elaborar o relatório no final da unidade curricular.

#### Artigo 7.º

##### **Orientador interno**

- 1 - Para promover o processo de ensino/ aprendizagem do estudante, importa ainda referir quais as principais competências exigidas ao orientador interno dos estágios. Assim este deve:
  - a) reunir com o monitor de estágio e/ou orientador externo adequando as orientações genéricas do estágio à realidade do serviço.
  - b) orientar a reflexão do estudante sobre as atividades a desenvolver e/ou desenvolvidas, mobilizando os conhecimentos teóricos e teórico-práticos já adquiridos, em favor do entendimento da problemática e da adequação dos cuidados com o utente /família assistidos.
  - c) orientar o estudante, de forma individualizada, na produção dos elementos individuais e/ ou de grupo destinados à aprendizagem e respetiva avaliação.
  - d) participar na avaliação do estudante.
  - e) participar nas reuniões formativas e de avaliação final do estágio.

#### Artigo 8.º

##### **Monitor de estágio e/ou orientador externo**

- 1 - Para promover o processo de ensino/ aprendizagem do estudante, importa ainda referir quais as principais competências exigidas ao monitor de estágio e/ou orientador externo dos estágios. Assim este deve:

- a) conhecer as orientações genéricas do estágio e discutir com o orientador interno a adaptação à realidade do serviço.
- b) selecionar as atividades a desenvolver pelo estudante, tutelando a sua realização e esclarecendo as suas dúvidas.
- c) proporcionar sempre que possível, a participação do estudante nas atividades do serviço (formações, etc.).
- d) orientar o estudante no sentido da consulta a outras fontes de informação.
- e) participar na avaliação formativa e sumativa do estudante.

#### Artigo 9.º

##### **Distribuição dos estudantes pelos locais de estágio**

- 1 - A Direção da Licenciatura em Osteopatia publicará no final do 6º e o 7º Semestres, os calendários referentes à realização da Prática Clínica Osteopática I e Prática Clínica Osteopática II, respetivamente.
- 2 - A distribuição terá em conta, em primeiro lugar, o número de disciplinas em atraso.
- 3 - Em situações de empate será ponderado o seguinte critério: média da avaliação final obtida na(s) unidade(s) curricular(es) precedente(s).
- 4 - A decisão final do local de estágio a atribuir a cada estudante caberá ao Coordenador de Estágios com a aprovação da Direção da Licenciatura em Osteopatia. Esta decisão poderá ter em conta não só a distribuição referida no ponto anterior como outras questões de exequibilidade prática.

#### Artigo 10.º

##### **Funcionamento dos locais de estágio**

- 1 - O horário a cumprir pelo estagiário deverá corresponder ao horário desses locais, nunca excedendo as 40 h semanais.
- 2 - São facultativos os períodos correspondentes aos sábados e outros fora do horário laboral normal, podendo, no entanto, ser utilizados para efeitos de compensação, resultantes de aulas de presença obrigatória ou exames.
- 3 - O estudante terá de frequentar um mínimo de 90% do número total de horas previstas para cada estágio, devendo qualquer falta ser convenientemente justificada ao orientador de estágio.
- 4 - Os estágios poderão ser interrompidos, por períodos atempadamente programados que não prejudiquem o normal funcionamento, para a realização de actividades complementares que poderão ter carácter de frequência obrigatória.

Artigo 11.º

**Avaliação e Classificação Final – Prática Clínica Osteopática I**

- 1 - A avaliação da Prática Clínica Osteopática I deve contemplar:
  - a) a informação respeitante à avaliação contínua que traduza o desempenho geral e específico do estagiário, incluindo a sua assiduidade nos diversos locais de estágio, de acordo com os objectivos específicos previamente definidos para cada entidade. Esta avaliação é da responsabilidade do monitores de estágio e/ou colaboradores externos que, em documento próprio, entregue pela ERISA antes do início de cada estágio, expressa a sua opinião sobre o desempenho e a aquisição de competências do estagiário e mediante a emissão de um parecer semi-quantitativo de avaliação;
  - b) a avaliação do Relatório de Estágio, de carácter obrigatório;
  - c) a elaboração de um trabalho de investigação, de acordo com o protocolo elaborado durante a unidade curricular de Investigação II.
- 2 - A classificação final de cada estágio será expressa numa escala numérica de 0 a 20 valores, com ponderação equitativa dos elementos referidos no ponto 1.
- 3 - Para efeitos de aproveitamento final, o estudante deverá obter a classificação mínima de 9,5 valores.

Artigo 12.º

**Avaliação e Classificação Final – Prática Clínica Osteopática II**

- 1 - A avaliação da Prática Clínica Osteopática II deve contemplar:
  - a) a informação respeitante à avaliação contínua que traduza o desempenho geral e específico do estagiário, incluindo a sua assiduidade nos diversos locais de estágio, de acordo com os objectivos específicos previamente definidos para cada entidade. Esta avaliação é da responsabilidade do monitores de estágio e/ou colaboradores externos que, em documento próprio, entregue pela ERISA antes do início de cada estágio, expressa a sua opinião sobre o desempenho e a aquisição de competências do estagiário e mediante a emissão de um parecer semi-quantitativo de avaliação;
  - b) a avaliação do Relatório de Estágio, de carácter obrigatório;
  - c) a elaboração de um trabalho de investigação, de acordo com o protocolo elaborado durante a unidade curricular de Investigação II.
- 2 - A classificação final de cada estágio será expressa numa escala numérica de 0 a 20 valores, com ponderação equitativa dos elementos referidos no ponto 1.
- 3 - Para efeitos de aproveitamento final, o estudante deverá obter a classificação mínima de 9,5 valores.



Artigo 13.º

**Frequência de Estágio**

- 1 - Em situação de doença, devidamente comprovada e justificada, será considerada a hipótese do estudante continuar o Estágio mais tarde, caso se encontrem reunidas as condições necessárias para o efeito.
- 2 - O estudante deve comunicar ao orientador interno o horário a desempenhar, bem como todas as alterações que possam ocorrer, assim que tiver conhecimento das mesmas. Em caso de incumprimento, o orientador interno reserva-se no direito de registar na grelha de assiduidade a(s) falta(s) identificada(s).
- 3 - A ERISA reserva-se no direito de não permitir que o estudante continue a frequentar o estágio nos casos em que se registem as seguintes ocorrências:
  - a) o estudante excedeu o limite de faltas permitido;
  - b) o estudante excedeu o limite de faltas permitido ou por ausência não comunicada;
  - c) a não obtenção de assiduidade mínima;
  - d) situações repetidas de atrasos superiores a 15 minutos (sem justificação aceitável);
  - e) falta de comparência sem aviso prévio ao serviço, ao orientador responsável interno e externo (a não ser por situação de acidente ou doença grave devidamente comprovada e justificada);
  - f) o estudante realiza registos incorretos durante o seu exercício prático, colocando em causa a continuidade do mesmo;
  - g) não atuar segundo as recomendações dos orientadores interno e externo;
  - h) manifestar um relacionamento desrespeitoso com os orientadores interno e externo, bem como com os restantes elementos da equipa;
  - i) ausência de boas práticas e evidência de condutas inseguras;
  - j) situações previstas em regulamento disciplinar;
  - k) situações de plágio em trabalhos académicos.

Artigo 14.º

**Dúvidas e casos omissos**

As dúvidas ou lacunas suscitadas pela aplicação do presente regulamento serão decididas por despacho do Diretor ou pela aplicação da legislação vigente.

Artigo 15.º

**Revisão do regulamento**

Sempre que entendido como adequado, a Direção do Curso de Osteopatia poderá formular propostas de alteração ao presente regulamento, as quais, sempre que devidamente fundamentadas, deverão ser submetidas à aprovação dos Órgãos de Coordenação Científica e Pedagógica da ERISA.

Artigo 16.º  
**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor a partir do ano letivo 2021/2022.